

COMANDO DA 11ª BRIGADA DE INF MECANIZADA

Edital 6/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2026	160466-COMANDO DA 11ª BRIGADA DE INF MECANIZADA	RENATO ARRUDA VIEIRA	29/06/2026 08:13 (v 0.8)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		64306.009584/2026-74

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90001/2026

COMANDO DA 11ª BRIGADA DE INFANTARIA MECANIZADA

(160466)

OBJETO

Aquisição de artigos religiosos, materiais e mobiliários destinados à Capelania Militar São Judas Tadeu da 11ª Brigada de Infantaria Mecanizada.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 91.225,75 (noventa e um mil, duzentos e vinte e cinco reais e setenta e cinco centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **10/07/2026** às **10:00** horas (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço por item.

Modo de disputa:

aberto e fechado.

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

SUMÁRIO

1. DO OBJETO
2. DO REGISTRO DE PREÇOS
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
8. DA FASE DE JULGAMENTO
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO
10. DO TERMO DE CONTRATO
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA
13. DOS RECURSOS
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

MINISTÉRIO DA DEFESA**EXÉRCITO BRASILEIRO****COMANDO DA 11ª BRIGADA DE INFANTARIA MECANIZADA**

(Processo Administrativo nº 64306.009584/2026-74)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Comando da 11ª Brigada de Infantaria Mecanizada, por meio da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos - SALC, sediado na Avenida Soldado Passarinho, sem número, Fazenda Chapadão, CEP 13070-115, Campinas/SP, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço por item, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, e demais legislação aplicável, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual aquisição de artigos religiosos, materiais e mobiliários destinados à Capelania Militar São Judas Tadeu da 11ª Brigada de Infantaria Mecanizada, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O objeto compreende somente o fornecimento e a entrega dos bens, não incluindo serviços de instalação, montagem, configuração, fixação ou adequação de infraestrutura.

1.3. A licitação será dividida em itens, conforme tabela abaixo e detalhamento constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.4. O critério de julgamento será o menor preço por item, observadas as especificações técnicas, critérios de aceitabilidade e valores máximos estimados constantes do Termo de Referência.

Item	Especificação resumida	CATMAT	Unid.	Qtd. Máx.	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	Cálice	-	Unidade	1	R\$ 3.795,00	R\$ 3.795,00
2	Âmbula	-	Unidade	1	R\$ 3.220,00	R\$ 3.220,00
3	Toalha para altar	-	Unidade	1	R\$ 720,00	R\$ 720,00
4	Conjunto de cruz e castiçais de velas	-	Conjunto	1	R\$ 3.998,00	R\$ 3.998,00
5	Cruz processional	-	Unidade	1	R\$ 6.166,00	R\$ 6.166,00
6	Credência	-	Unidade	1	R\$ 2.289,28	R\$ 2.289,28
7	Cadeiras para altar	-	Conjunto	1	R\$ 6.160,66	R\$ 6.160,66
8	Lecionário dominical	-	Unidade	1	R\$ 245,00	R\$ 245,00
9	Lecionário semanal	-	Unidade	1	R\$ 331,00	R\$ 331,00

10	Ritual de batismo	-	Unidade	1	R\$ 81,00	R\$ 81,00
11	Ritual de matrimônio	-	Unidade	1	R\$ 89,00	R\$ 89,00
12	Ritual de bênçãos	-	Unidade	1	R\$ 206,00	R\$ 206,00
13	Bacia batismal (estilo barroco)	-	Unidade	1	R\$ 6.338,00	R\$ 6.338,00
14	Luz para sacrário (estilo barroco)	-	Unidade	1	R\$ 821,75	R\$ 821,75
15	Quadros da Via Sacra (estilo barroco)	-	Unidade	1	R\$ 902,50	R\$ 902,50
16	Imagem São Judas Tadeu 80 cm (estilo barroco)	-	Unidade	1	R\$ 1.599,00	R\$ 1.599,00
17	Imagem Arcanjo Miguel 65 cm	-	Unidade	1	R\$ 1.650,00	R\$ 1.650,00
18	Ânfora com bacia	-	Unidade	1	R\$ 2.954,00	R\$ 2.954,00
19	Lanterna processional	-	Unidade	2	R\$ 2.490,00	R\$ 4.980,00
20	Economizador de vela	-	Unidade	6	R\$ 206,00	R\$ 1.236,00
21	Ar-condicionado	-	Unidade	2	R\$ 3.398,00	R\$ 6.796,00
22	Gazebo	-	Unidade	2	R\$ 1.480,00	R\$ 2.960,00
23	Cadeira	-	Unidade	100	R\$ 45,95	R\$ 4.595,00
24	Sistema de som	-	Sistema	1	R\$ 7.569,36	R\$ 7.569,36
25	Conjunto de galhetas	-	Conjunto	1	R\$ 2.790,00	R\$ 2.790,00
26	Lustre	-	Unidade	4	R\$ 3.558,75	R\$ 14.235,00
27	Missal Romano	-	Unidade	1	R\$ 1.087,90	R\$ 1.087,90
28	Castiçal	-	Unidade	2	R\$ 650,00	R\$ 1.300,00

29	Toalha para credência	-	Unidade	1	R\$ 726,30	R\$ 726,30
30	Colher para galheta	-	Unidade	1	R\$ 286,00	R\$ 286,00
31	Cruz para altar	-	Unidade	1	R\$ 899,00	R\$ 899,00
32	Patena	-	Unidade	1	R\$ 199,00	R\$ 199,00

1.5. As especificações completas, condições de entrega, critérios de aceitação, obrigações, prazos e demais regras de execução constam do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes ao órgão gerenciador, à inexistência de órgãos participantes, à vedação de adesão, à validade, à formalização, ao cadastro de reserva, à negociação, à atualização e ao cancelamento dos preços registrados constam da minuta da Ata de Registro de Preços, anexa a este Edital.

2.2. O órgão gerenciador será o Comando da 11ª Brigada de Infantaria Mecanizada, UASG 160466.

2.3. Não haverá órgãos ou entidades participantes do registro de preços.

2.4. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes, conforme justificativa constante dos autos.

2.5. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

2.6. A ata de registro de preços terá prazo de vigência definido em seu instrumento, observado o Decreto nº 11.462/2023 e a Lei nº 14.133/2021.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal, disponível em www.gov.br/compras.

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.

3.4. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão de seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

3.5. Para os itens 1 a 32, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538/2015, observados os limites legais e as declarações prestadas no sistema eletrônico.

3.6. A obtenção do benefício de tratamento favorecido fica limitada às microempresas e empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, observada a Lei nº 14.133/2021.

3.7. Será concedido tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais, cooperativas equiparadas e demais beneficiários nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto nº 8.538/2015.

3.8. Não poderão disputar esta licitação os interessados que não atendam às condições deste Edital e seus anexos; estejam impossibilitados de participar em decorrência de sanção; mantenham vínculo vedado com agente público do órgão licitante; tenham sido condenados por exploração de trabalho infantil ou submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo; ou incorram nas demais vedações do art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

3.9. Não será admitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, considerando a natureza comum, divisível e de baixa complexidade dos bens, bem como o parcelamento da licitação por itens.

3.10. Não será admitida a participação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP atuando nessa condição.

3.11. É vedada a participação direta ou indireta de agente público do órgão licitante ou de pessoa que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nas hipóteses legalmente vedadas.

3.12. O impedimento decorrente de sanção também se aplica ao licitante que atue em substituição a outra pessoa física ou jurídica com o intuito de burlar a efetividade da sanção, inclusive sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica.

3.13. Não será admitida a participação de pessoas físicas, em razão da natureza empresarial do fornecimento e da necessidade de emissão de documentos fiscais e cumprimento das obrigações acessórias.

3.14. Não será admitida a participação de sociedades cooperativas quando incompatível com o objeto ou com o regime de fornecimento definido no Termo de Referência.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da contratação não possui caráter sigiloso e corresponde ao valor total de R\$ 91.225,75, conforme Termo de Referência nº 16 /2026 e pesquisa de preços constante dos autos.

4.2. Os preços unitários estimados constantes do Termo de Referência constituem preços máximos aceitáveis para fins de julgamento das propostas.

4.3. Não serão aceitas propostas com valor unitário ou total do item superior ao preço máximo estimado pela Administração, salvo se, após negociação, restar demonstrada vantagem, compatibilidade com o mercado e admissibilidade legal e operacional pelo sistema.

4.4. Os preços ofertados deverão contemplar todos os custos necessários ao fornecimento e à entrega dos bens, inclusive frete, embalagem, tributos, seguros, encargos e demais despesas incidentes.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço unitário do item até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que está ciente e concorda com as condições do Edital e seus anexos; que a proposta compreende a integralidade dos custos; que cumpre plenamente os requisitos de habilitação; que não emprega menor em situação vedada; que não possui empregados em trabalho degradante ou forçado; e que cumpre as exigências de reserva de cargos previstas em lei.

5.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou equiparado deverá declarar, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos legais para fruição do tratamento favorecido.

5.5. No item exclusivo para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo 'não' quanto ao enquadramento impedirá o prosseguimento no certame para aquele item.

5.6. A falsidade das declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

5.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos anteriormente inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.

5.8. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios por inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou por sua desconexão.

5.9. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos correspondentes ao valor unitário do item, marca, fabricante, modelo, quantidade cotada e demais informações exigidas pelo sistema.
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.3. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para o item, salvo quando o sistema permitir quantitativo inferior e a Administração expressamente admitir a contratação nos limites da proposta, nos termos da Ata de Registro de Preços.
- 6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, tributos, frete, seguro, embalagem, encargos previdenciários, trabalhistas, comerciais e quaisquer despesas que incidam direta ou indiretamente sobre o fornecimento e a entrega integral do objeto.
- 6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, são de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente, quando cabíveis.
- 6.7. Na presente licitação, a microempresa e a empresa de pequeno porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, observadas as vedações legais.
- 6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade de cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os bens em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, contado da data de sua apresentação.
- 6.10. O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar, quando solicitado, catálogo, ficha técnica, imagem, descrição detalhada, marca, modelo, edição, ISBN ou outros documentos necessários à comprovação de compatibilidade do produto ofertado com o Termo de Referência.
- 6.11. Eventual referência a marca, modelo, imagem, padrão estético ou comercial nas especificações terá caráter meramente indicativo de padrão de desempenho, acabamento, estilo ou funcionalidade, admitidos produtos equivalentes ou superiores, desde que atendidas as características mínimas exigidas no Termo de Referência.
- 6.12. Os licitantes deverão respeitar os preços máximos estabelecidos no Termo de Referência e nas normas de regência de contratações públicas federais.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados de seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R\$ 0,01 (um centavo), tanto para lances intermediários quanto para lance que cobrir a melhor oferta.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá o modo de disputa aberto e fechado.

7.11. No modo de disputa aberto e fechado, a etapa de lances terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente, transcorrendo período aleatório de até 10 (dez) minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances.

7.12. Encerrado o período aleatório, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de menor valor e os autores das ofertas até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, sigiloso até o encerramento do prazo.

7.13. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições indicadas, os autores dos melhores lances subsequentes, até o máximo de três, poderão oferecer lance final e fechado.

7.14. Após o término dos prazos, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato aos participantes no sistema utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Encerrada a etapa competitiva, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, por meio do sistema eletrônico.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação, especialmente quanto à inexistência de sanção impeditiva, mediante consulta ao SICAF, CEIS, CNEP e demais cadastros oficiais cabíveis.

8.2. Verificadas as condições de participação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado no Termo de Referência e neste Edital.

8.3. Será desclassificada a proposta que contiver vícios insanáveis; não obedecer às especificações técnicas do Termo de Referência; apresentar preço inexequível ou permanecer acima do preço máximo definido; não tiver sua exequibilidade demonstrada quando exigido; ou apresentar desconformidade insanável com este Edital.

8.4. Para bens em geral, valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração constituem indício de inexequibilidade, a ser apurado mediante diligência.

8.5. Havendo indícios de inexequibilidade ou necessidade de esclarecimentos complementares, o Pregoeiro poderá realizar diligências para que o licitante comprove a exequibilidade e a adequação da proposta.

8.6. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que envie, no prazo de 2 (duas) horas, proposta adequada ao último lance ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares necessários à confirmação de conformidade com o objeto.

8.7. O prazo poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro, mediante solicitação fundamentada do licitante apresentada antes de seu término.

8.8. Para análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações, poderá ser colhida manifestação escrita da equipe de planejamento ou da área técnica requisitante.

8.9. Caso seja necessária amostra, catálogo, ficha técnica ou documento equivalente para comprovação do atendimento ao Termo de Referência, o licitante deverá apresentá-lo no prazo e condições fixados pelo Pregoeiro em mensagem no sistema.

8.10. A ausência injustificada da amostra ou documento solicitado, a entrega fora do prazo ou a desconformidade com as especificações poderá acarretar a recusa da proposta.

8.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observadas as disposições deste Edital.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.
- 9.4. A verificação pelo Pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação.
- 9.5. A regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 9.6. Para fins de habilitação técnica, não será exigido atestado de capacidade técnica para os itens de fornecimento comum e baixa complexidade, salvo exigência expressa, proporcional e justificada no Termo de Referência.
- 9.7. Após a entrega dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações de documentos já apresentados ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 9.8. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 9.9. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte observará o prazo legal para saneamento da restrição, quando cabível.
- 9.10. A inabilitação será registrada no sistema, com indicação dos fundamentos, assegurada a fase recursal nos termos deste Edital.

10. DO TERMO DE CONTRATO

- 10.1. Após a homologação e a assinatura da Ata de Registro de Preços, a contratação decorrente poderá ser formalizada por termo de contrato, nota de empenho, autorização de compra, ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, conforme a Lei nº 14.133/2021, o Termo de Referência, a minuta contratual e as regras aplicáveis anexas ao Edital.
- 10.2. A adjudicatária terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da convocação, para assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar instrumento equivalente, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 10.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação justificada da adjudicatária, apresentada dentro do prazo e aceita pela Administração.
- 10.4. Antes da assinatura do contrato ou emissão do instrumento equivalente, a Administração verificará a regularidade da adjudicatária no SICAF e nos cadastros oficiais de sanções.
- 10.5. O prazo de vigência da contratação será o previsto no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços, no contrato ou no instrumento equivalente.
- 10.6. Na assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas durante a execução do objeto.
- 10.7. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do contrato ou da aceitação do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as condições de habilitação, ou se recusar injustificadamente a assinar, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação e as regras legais aplicáveis.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado.

11.2. A ata será assinada preferencialmente por meio eletrônico e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, conforme a legislação aplicável.

11.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens, com indicação do licitante vencedor, descrição dos itens, quantidades, preços registrados e demais condições.

11.4. O preço registrado, com indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata.

11.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar.

11.6. A Administração poderá convocar o licitante vencedor para negociar a redução do preço registrado, quando este se tornar superior aos preços praticados no mercado, observadas as regras legais e as condições da ata.

11.7. O registro do fornecedor poderá ser cancelado nas hipóteses previstas na ata, no Decreto nº 11.462/2023 e na Lei nº 14.133/2021.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação, e dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.3. A apresentação de novas propostas para cadastro de reserva não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos remanescentes.

12.5. Na hipótese de o vencedor não assinar a ata ou de haver cancelamento do registro, a Administração poderá convocar os remanescentes, observada a ordem de classificação e as condições previstas no Decreto nº 11.462/2023.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação, à anulação ou revogação da licitação observará o art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão, no prazo mínimo de 10 (dez) minutos.

13.4. As razões recursais deverão ser apresentadas em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, que poderá reconsiderá-la no prazo de 3 (três) dias úteis ou encaminhá-lo à autoridade superior, que decidirá em até 10 (dez) dias úteis.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões será de 3 (três) dias úteis, contado da divulgação da interposição do recurso.

13.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.8. O acolhimento do recurso invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sistema eletrônico, observadas as restrições legais de acesso a informações protegidas.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa, deixar de entregar documentação exigida; não mantiver a proposta; não celebrar o contrato ou não assinar a ata quando convocado; apresentar declaração ou documentação falsa; fraudar a licitação; comportar-se de modo inidôneo; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; ou praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

14.2. Serão aplicadas, conforme a gravidade da infração, as sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, observados os arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

14.3. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, observados o contraditório, a ampla defesa e os critérios de proporcionalidade.

14.4. A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

14.5. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes e atenuantes, os danos causados e a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme o caso.

14.6. As notificações relativas à apuração de infrações poderão ser realizadas por meio eletrônico, inclusive pelos endereços informados na proposta, no SICAF ou em outros cadastros oficiais.

14.7. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, observados o contraditório e a ampla defesa.

14.8. Os procedimentos de apuração de responsabilidade observarão as normas internas aplicáveis no âmbito da Administração Pública Federal e do Comando do Exército, quando cabíveis.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa poderá impugnar este Edital ou solicitar esclarecimentos até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.

15.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados preferencialmente em campo próprio do sistema eletrônico Compras.gov.br, ou por outro meio indicado no sistema ou no aviso da licitação.

15.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimento não suspendem os prazos previstos no certame, salvo decisão motivada do Pregoeiro ou da autoridade competente.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos.

15.6. Acolhida a impugnação que implique alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada e publicada nova data para a sessão pública, observados os prazos legais.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, salvo comunicação em contrário pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão observarão o horário de Brasília/DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitados o interesse público, a finalidade da contratação, a isonomia, a competitividade, a legalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não sendo a Administração responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as disposições deste Edital, salvo quando o anexo contiver especificação técnica mais detalhada do objeto e não houver conflito jurídico-procedimental.

16.10. O Edital e seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no Sistema Compras.gov.br.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência nº 16/2026;

16.11.2. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar nº 27/2026;

16.11.3. Anexo II - Minuta da Ata de Registro de Preços;

16.11.4. Anexo III - Minuta do Contrato Administrativo, quando adotado termo de contrato;

16.11.5. Anexo IV - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato, quando a contratação for formalizada por nota de empenho, autorização de compra, ordem de fornecimento ou instrumento equivalente;

16.11.6. Anexo V - Mapa de Gerenciamento de Riscos da fase preparatória;

16.11.7. Anexo VI - Relação de itens extraída do Termo de Referência, quando disponibilizada separadamente no sistema.

16.12. O foro competente para dirimir questões relativas ao Edital e à contratação será o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Campinas/SP, ressalvadas as competências administrativas dos órgãos de controle e da Advocacia-Geral da União.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Despacho: Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543 de 13 de novembro de 2020.

SYLVIO ROBERTO DOS SANTOS PEREIRA

Ordenador de Despesas Comando da 11ª Brigada de Infantaria Mecanizada